



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS
Praça da Liberdade, 470, - Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30140-010
- <http://www.iepha.mg.gov.br/>

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo nº 2200.01.0001717/2024-69

Unidade Gestora: DPM/DPR

**ACORDO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA SEI Nº 103121260 QUE
ENTRE SI CELEBRAM A INSTITUTO
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS -
IEPHA/MG E EMPRESA DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE
MINAS GERAIS - EMATER/MG.**

O INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA/MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 16.625.196-0001/40, com sede na Praça da Liberdade, nº 470, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-010, doravante denominado IEPHA/MG, neste ato representado por seu Presidente JOÃO PAULO MARTINS, CPF nº 056.***.***-01 e a EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 19.198.118/0001-02, com sede na Av. Raja Gabáglia, nº 1626, Bairro Luxemburgo, Belo Horizonte/MG - CEP: 30.350-540, neste ato representada por seu Presidente Diretor Presidente, OTÁVIO MARTINS MAIA, CPF nº 047.***.***-16, celebra o presente Acordo de Cooperação Técnica, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto estabelecer parceria estratégica entre o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER/MG - para a preservação, valorização e promoção do patrimônio cultural mineiro, com foco em suas interfaces com as atividades rurais e os bens culturais.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. O patrimônio cultural mineiro, em suas diversas manifestações, possui estreita relação com as atividades rurais e com as comunidades tradicionais. A preservação e valorização desse patrimônio contribuem para a identidade cultural do Estado, o desenvolvimento sustentável e a geração de renda para as comunidades locais. O IEPHA/MG, órgão responsável por pesquisar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural no Estado, e a EMATER/MG, como instituição de referência em assistência técnica e extensão rural, possuem competências complementares que, quando somadas, podem gerar resultados significativos para a promoção do desenvolvimento sustentável e da cultura mineira.

3. CLAUSULA TERCEIRA – DAS ÁREAS TEMÁTICAS E DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS.

- 3.1. A presente cooperação tem foco nas seguintes áreas temáticas e ações prioritárias:
- 3.1.1. Café: Elaboração dos estudos e produtos técnicos referentes ao registro da Produção Cafeeira como patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais
- 3.1.2. Queijo Minas Artesanal: promoção do queijo Minas Artesanal como patrimônio cultural e desenvolvimento de ações para fortalecer a cadeia produtiva e a identidade regional.
- 3.1.3. Artesanato em barro do Jequitinhonha: apoio à produção artesanal, com foco na valorização das técnicas tradicionais e na geração de renda para os artesãos.
- 3.1.4. Casas de farinha de milho e mandioca: preservação e revitalização das casas de farinha, como elementos importantes do patrimônio cultural material e imaterial.
- 3.2. Para cada uma das áreas temáticas será definido, em conjunto, o planejamento das ações, com etapas e prazos de execução, conforme indicado no PLANO DE TRABALHO - ANEXO I deste Acordo de Cooperação Técnica.
- 3.3. Outras áreas temáticas e ações prioritárias poderão integrar a presente cooperação técnica, sem prejuízo das áreas temáticas descritas no item 2.1 e desde que em comum acordo entre as partes.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

- 4.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica reger-se-á pelo disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislação correlata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

- 5.1. São obrigações comuns de ambos os partícipes:
- a) Organizar e executar encontros, oficinas, seminários e cursos de capacitação direcionados a gestores regionais e municipais, com o objetivo de fortalecer suas capacidades para a gestão e valorização do patrimônio cultural, com ênfase nas interfaces com as atividades rurais.
 - b) Desenvolver em conjunto ações e projetos voltados para a interseção entre patrimônio cultural e assistência técnica e extensão rural.
 - c) Disponibilizar e compartilhar dados, estudos e pesquisas, visando subsidiar a tomada de decisões e o desenvolvimento de projetos conjuntos.
 - d) Produzir e divulgar materiais informativos, educativos e promocionais sobre o patrimônio cultural mineiro, com destaque para as interfaces com as atividades rurais.
 - e) Utilizar dos respectivos canais de comunicação (youtube, instagram, facebook, programa de televisão e afins) para a divulgação dos projetos afetos à cooperação.
 - f) Promover e difundir ações de salvaguarda e valorização dos bens relacionados às áreas temáticas.
 - g) Estabelecer o diálogo constante acerca das ações e das etapas dos projetos conjuntos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

- 6.1. Este Acordo de Cooperação Técnica entrará em vigor na data de sua assinatura, pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado, a critério dos partícipes, por Termos Aditivos, desde que tal interesse seja manifestado, previamente e por escrito, em até 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO

- 7.1. Será constituída uma comissão de acompanhamento composta por representantes das duas instituições, responsável por definir as diretrizes da cooperação, acompanhar a execução das ações e avaliar os resultados.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA MODIFICAÇÃO

- 8.1. O presente instrumento poderá a qualquer tempo ser modificado, exceto quanto ao seu Objeto, mediante Termos Aditivos, desde que tal interesse seja manifestado por um dos partícipes

previamente e por escrito, devendo em qualquer caso haver a anuência da outra parte com a alteração proposta.

9. CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA

9.1. Este Acordo de Cooperação Técnica poderá, a qualquer tempo, ser denunciado pelos PARTÍCIPES, devendo o interessado externar formalmente a sua intenção nesse sentido, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data em que se pretenda que sejam encerradas as atividades, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros e saldados os compromissos financeiros entre os PARTÍCIPES, creditando, igualmente, os benefícios adquiridos no período.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. A rescisão decorrerá do descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições estabelecidas neste Acordo de Cooperação Técnica, devendo o PARTÍCIPE que se julgar prejudicado notificar o outro PARTÍCIPE para que apresente esclarecimentos no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

10.1.1. Prestados os esclarecimentos, os PARTÍCIPES deverão, por mútuo consenso, decidir pela rescisão ou manutenção do Acordo de Cooperação Técnica.

10.1.2. Decorrido o prazo para esclarecimento, caso não haja resposta, o Acordo de Cooperação Técnica será rescindido de pleno direito, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

11.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica não envolve a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, cabendo a cada um o custeio das despesas inerentes à execução das ações e obrigações sob sua competência.

11.2. Cada parte responsabilizar-se-á pela remuneração de seus respectivos servidores, designados para as ações e atividades previstas neste Acordo de Cooperação Técnica, como de quaisquer outros encargos a eles pertinentes.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Ficam os partícipes responsáveis por exercer a fiscalização da execução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, sendo a IEPHA representada pelas unidades: Diretoria de Proteção e Memória e/ou Diretoria de Promoção e a EMATER representada pelo Departamento Técnico - DETEC, as quais designarão servidores responsáveis para tanto.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica será publicado, na forma de extrato, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, no Diário Oficial da União, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, ficando as despesas da publicação a cargo do INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA/MG).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão dirimidos mediante entendimentos entre os partícipes, formalizados por meio de correspondência.

14.2. Os casos omissos deste Acordo de Cooperação Técnica serão resolvidos conforme os preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As questões decorrentes da execução do Acordo de Cooperação Técnica e dos instrumentos específicos dele decorrentes que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando os partícipes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2. Na hipótese de haver divergências, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo, os partícipes solicitarão à Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos

(CPRAC), órgão da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, a avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação.

Subcláusula única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica o foro da Justiça Estadual da Comarca de Belo Horizonte.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente de Acordo de Cooperação Técnica é assinado eletronicamente pelas partes.

João Paulo Martins

Presidente

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Otávio Martins Maia

Diretor Presidente

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Martins Maia, Diretor Presidente**, em 23/12/2024, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Martins, Presidente(a)**, em 26/12/2024, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **103121260** e o código CRC **05C1A73F**.